

**PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO**

SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA

NOTA FISCAL ELETRÔNICA DE SERVIÇOS - NFS-e

RPS Nº 1098, emitido em 02/08/2021

Número da Nota

00001098

Data e Hora de Emissão

02/08/2021 12:30:47

Código de Verificação

C3JM-L6ZJ

20210802v1.0688529000101

PRESTADOR DE SERVIÇOSCPF/CNPJ: **20.390.376/0001-67**Inscrição Municipal: **4.986.681-8**Nome/Razão Social: **CARAVELAS CONSULTORIA E COMUNICACAO LTDA.**Endereço: **R SAINT HILAIRE 194 - JARDIM PAULISTA - CEP: 01423-040**Município: **São Paulo**UF: **SP****TOMADOR DE SERVIÇOS**Nome/Razão Social: **VINICIUS LAZZER POIT**CPF/CNPJ: **348.068.728-81**Inscrição Municipal: **----**Endereço: **R Salto 57, 201 - Paraíso - CEP: 04001-130**Município: **São Paulo**UF: **SP**E-mail: **vinicius@recrutasimples.com.br****INTERMEDIÁRIO DE SERVIÇOS**CPF/CNPJ: **----**Nome/Razão Social: **----****DISCRIMINAÇÃO DOS SERVIÇOS**

REFERENTE AOS SERVIÇOS DE ASSESSORIA DE IMPRENSA PRESTADOS EM JULHO 2021

DADOS BANCÁRIOS:

BANCO ITAÚ

AGÊNCIA: 3100

C/C: 24614-3

CARAVELAS CONSULTORIA E COMUNICAÇÃO LTDA

VALOR TOTAL DO SERVIÇO = R\$ 2.500,00

INSS (R\$)	IRRF (R\$)	CSLL (R\$)	COFINS (R\$)	PIS/PASEP (R\$)
-	-	-	-	-

Código do Serviço

03158 - Datilograf, digitação, estenogrf, expdnte, secret, redação, ed. revis, infr estrut adm e congêneres

Valor Total das Deduções (R\$)	Base de Cálculo (R\$)	Alíquota (%)	Valor do ISS (R\$)	Crédito (R\$)
0,00	*	*	*	0,00

Município da Prestação do Serviço

Número Inscrição da Obra

Valor Aproximado dos Tributos / Fonte

OUTRAS INFORMAÇÕES

(1) Esta NFS-e foi emitida com respaldo na Lei nº 14.097/2005; (2) Documento emitido por ME ou EPP optante pelo Simples Nacional; (3) Esta NFS-e substitui o RPS Nº 1098, emitido em 02/08/2021;

FOLHA DE S.PAULO

Sem aval do STF, Congresso teme usar R\$ 7 bi em emendas como 'cheque em branco'

BRASÍLIA À espera de decisão do STF (Supremo Tribunal Federal), líderes do Congresso estão com receio de usar uma brecha aberta para destinar emendas de bancadas estaduais por meio de [transferências sem carimbo](#) (de forma direta para governos estaduais e municipais).

Líder do Novo na Câmara, o deputado **Vinicius Poit** (SP) vê [inconstitucionalidade](#) na criação das transferências via emendas de bancadas. Para ele, o mecanismo de envio de recursos, sem transparência e prestação de contas, é “absurdo”.

“O povo já paga tanto imposto para deputado mandar emendas sem ter que prestar contas e para o prefeito fazer o que quiser com o dinheiro praticamente? Não dá.”



O povo já paga tanto imposto para deputado mandar emendas sem ter que prestar contas e para o prefeito fazer o que quiser com o dinheiro praticamente? Não dá.

Vinicius Poit (SP)
líder do Novo na Câmara



COLUNISTA

Coluna do Estadão

O que você precisa saber, mas ninguém quer contar sobre os bastidores do Poder.

CLICK. Membros do Novo, como Daniel José, Cris Monteiro e Vinicius Poit, com o diretor do Livres, Magno Karl, em ato contra Bolsonaro na Câmara dos Deputados.



» **CLICK.** Membros do Novo, como Daniel José, Cris Monteiro e Vinicius Poit, com o diretor do Livres, Magno Karl, em ato contra Bolsonaro na Câmara dos Deputados.

Projeto sobre supersalários prevê economia de R\$ 3 bi

Texto propõe trava para penduricalhos, como auxílio-alimentação, e pode ser votado hoje na Câmara, onde está parado desde 2018

FERNANDA TRISOTTO
fernanda.trisotto@bsb.oglobo.com.br
BRASÍLIA

O projeto de lei que regula-menta os supersalários no poder público pode gerar uma economia nas contas públicas de R\$ 2,6 bilhões a R\$ 3 bilhões por ano. É o que apontam as projeções usadas pela equipe do deputado Rubens Bueno (Cidadania-PR), relator do texto. Ele está revisando o próprio relatório, pronto desde 2018, e vai propor estabelecer uma trava pa-

ra penduricalhos, como o auxílio-alimentação, vinculada ao salário do servidor.

A votação do texto no plenário da Câmara pode ocorrer hoje. Segundo o relator, a ideia é votar o requerimento de urgência e emendar a análise do mérito do projeto na mesma sessão, conforme acordo de líderes.

COM DIREITOS ADQUIRIDOS

O relator deve incluir no texto um dispositivo para tornar crime ordenar, receber e omitir o

pagamento de extras que ex-trapolem o teto definido pela Constituição, hoje em R\$ 39.293, equivalente ao salário de um ministro do Supremo Tribunal Federal (STF).

Pela proposta, a pena para a condenação seria de 2 a 6 anos. As mudanças valerão para servidores de todos os poderes e de todas as esferas.

—O que é direito adquirido, como o 13º salário, não tem como tirar. É um exemplo claro. Mas (o relatório) entra naquilo que a lei manda, como auxí-

lio-alimentação e transporte. Estamos colocando uma trava nesses valores, porque não tem limite —explica Bueno.

A proposta vai estabelecer um limite variável para esses benefícios, sempre vinculado ao salário do servidor. Bueno usa como exemplo o valor do auxílio-alimentação de um servidor que recebe R\$ 10 mil. Pela sua proposta, a trava seria de 3%, e ele receberia R\$ 300 pelo benefício.

Esse texto já havia sido aprovado no Senado em

2016, mas estava empacado na Câmara dos Deputados desde 2018. Agora, a proposta volta a tramitar e pode ser aprovada antes do recesso parlamentar, de acordo com cronograma do presidente da Casa, Arthur Lira (PP-AL).

REFORMA ADMINISTRATIVA

A previsão é votar um requerimento de urgência hoje. Com isso, o texto passará a ser analisado diretamente no plenário. A antecipação dessa votação, no momento em que se

discute a reforma administrativa, foi um pedido de várias lideranças partidárias.

—A votação do projeto dos supersalários é o pontapé inicial da reforma administrativa. O projeto atinge diretamente a elite do funcionalismo público, que se beneficia de milhares de penduricalhos — defende o deputado Vinícius Poit (Novo-SP).

O texto foi mencionado pelo deputado Arthur Maia (DEM-BA) em audiência da comissão especial da reforma administrativa, da qual é relator:

— Se nós admitirmos que podemos votar essa reforma administrativa antes de votarmos a lei, nós certamente estaremos desconsiderando o sentimento da opinião pública.

Projeto para barrar supersalários pode fazer União poupar R\$ 3 bi por ano

BRASÍLIA — O projeto de lei que regulamenta os supersalários no poder público pode gerar uma economia nas contas públicas de R\$ 2,6 bilhões a R\$ 3 bilhões por ano. É o que apontam as projeções usadas pela equipe do relator do texto, o deputado Rubens Bueno (Cidadania-PR).

— A votação do projeto dos supersalários é o pontapé inicial da reforma administrativa. O projeto atinge diretamente a elite do funcionalismo público, que se beneficia de milhares de penduricalhos — defende o deputado Vinícius **Poit** (Novo-SP).

Projeto para barrar supersalários pode fazer União poupar R\$ 3 bi por ano

Relator da proposta que regulamenta teto do funcionalismo federal, que é de R\$ 39,2 mil, revisa o texto para reduzir brechas para pagamentos extras

O projeto de lei que regulamenta os supersalários no poder público pode gerar uma economia nas contas públicas de R\$ 2,6 bilhões a R\$ 3 bilhões por ano, de acordo com projeções usadas pela equipe do relator do texto, o deputado Rubens Bueno (Cidadania-PR).

O deputado está revisando o próprio relatório, pronto desde 2018, e vai propor estabelecer uma trava para penduricalhos, como o auxílio alimentação, vinculada ao salário do servidor.

— A votação do projeto dos supersalários é o pontapé inicial da reforma administrativa. O projeto atinge diretamente a elite do funcionalismo público, que se beneficia de milhares de penduricalhos — defende o deputado Vinícius **Poit** (Novo-SP).

'Por que Bolsonaro não esclarece a polêmica da Covaxin?', diz Poit do Novo

Indícios de corrupção e falta de reformas levaram o Partido Novo a apoiar a abertura de pedido de impeachment do presidente

A **decisão do partido Novo** de apoiar a abertura do processo de impeachment do presidente **Jair Bolsonaro**, anunciada ao meio-dia desta segunda-feira, 5, foi oficializada em uma reunião via Zoom, no domingo, 4, à noite. Mas os elementos que levaram a esse posicionamento não surgiram ontem e não são consenso entre os deputados da bancada na **Câmara**.

"Por que o presidente não esclarece de uma vez por todas essa polêmica da Covaxin? Tem um monte de coisa nebulosa. Por que não vem a público e esclarece sobre a Abin, sobre a Pfizer?", questiona o deputado **Vinicius Poit** (SP), líder do Novo na Câmara.

"A gente utilizou tudo que dava de fiscalização, de requerimento de informação, representação no TCU (Tribunal de Contas da União), pedido de CPI no caso da interferência da Abin. O presidente não esclarece, não dá satisfação, não responde", diz Poit.

Projeto para barrar supersalários pode poupar R\$ 3 bilhões

O projeto de lei que **regulamenta os supersalários no poder público** pode gerar uma economia nas contas públicas de R\$ 2,6 bilhões a R\$ 3 bilhões por ano, de acordo com projeções usadas pela equipe do relator do texto, o deputado Rubens Bueno (Cidadania-PR).

– A votação do projeto dos supersalários é o pontapé inicial da reforma administrativa. O projeto atinge diretamente a elite do funcionalismo público, que se beneficia de milhares de penduricalhos – defende o deputado **Vinicius Poit** (Novo-SP).

A discussão também vem na esteira do debate sobre o teto duplex. Em abril, o Ministério da Economia publicou uma portaria, com base em decisão do STF permitindo o acúmulo de salário e aposentadoria acima do teto constitucional.

Dez motivos para votar contra o PL 3.819, analisa Vinicius Poit

Projeto limita investimentos e reduz concorrência no setor do transporte rodoviário

VINICIUS POIT

07.jul.2021 (quarta-feira) - 5h50

Quem me acompanha sabe o quanto eu luto contra o “Brasil dos privilégios”, um conceito que há anos comanda a nossa política. Infelizmente, nos deparamos hoje com mais um exemplo de Davi contra Golias -ao arrepio da conduta ética que deveria reger as relações institucionais- nas discussões em Brasília. Em tramitação na Câmara dos Deputados em caráter de urgência, o [PL \(Projeto de Lei\) 3.819/2020](#) leva o Brasil 10 passos para trás no setor do transporte rodoviário.

O projeto, que foi colocado em pauta às pressas e sem o devido debate, simplesmente acaba com toda a modernização ocorrida no setor nos últimos anos, fechando as portas para qualquer tipo de inovação e concorrência. Por si só, esse já seria um grande motivo para votar contra o projeto, mas trago aqui uma lista com 10 razões -todas elas interligadas umas às outras- que me levam a dizer não.

o antagonista

Deputado que livrou Eduardo Bolsonaro sobre 'novo AI-5' diz apoiar impeachment

O deputado federal Tiago Mitraud (Novo-MG) publicou vídeo nesta segunda (5) dizendo ser a favor da abertura de um processo de impeachment contra o presidente [Bolsonaro](#).

O Novo vive uma disputa interna sobre o assunto. Hoje, o perfil do partido nas redes sociais publicou nota a favor do impeachment, mas o líder na Câmara, Vinicius [Poit](#) (SP), disse a **O Antagonista** que [essa não é a posição da bancada](#).

No vídeo de hoje, Mitraud diz: “Nós procuramos levar um tempo, para estudar os pedidos e averiguar, entre as inúmeras possibilidades de crime de responsabilidade cometidos pelo presidente, se haveriam aquelas que nós julgamos ser suficientes e bem embasadas para receber um apoio nosso”.

“Eu e o partido Novo decidimos apoiar o pedido de impeachment protocolado na última semana pelo movimento *Vem Pra Rua*”, acrescenta o deputado. “São graves as denúncias que envolvem diretamente o presidente”.